

## O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO SOB A ÓTICA HABERMASIANA

Alessandra Aparecida Berton Rodrigues

Faculdade CNEC Campo Largo

[0049.alessandrarodrigues@cneec.br](mailto:0049.alessandrarodrigues@cneec.br)

[alebertonrodrigues@gmail.com](mailto:alebertonrodrigues@gmail.com)

Eixo temático – Gestão Empresarial

### RESUMO

Os administradores são os responsáveis pela tomada de decisões contínuas que podem ter impactos positivos ou negativos para com o meio. Assim, analisando a questão da colonização brasileira, verificamos que ocorreu sob uma perspectiva de exploração dos recursos naturais, uma vez que a nossa natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos, e, portanto, de lucros. Assim, diante dos pressupostos de Habermas através da Teoria do Agir Comunicativo, pretende-se o entendimento de tal situação elencada na história, com um enfoque crítico pois o autor propõe um certo mecanismo para a emancipação e superação social, através da defesa de um pensamento moderno, com o uso do saber de forma argumentativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração, Brasil, Teoria do Agir Comunicativo, Habermas.

### 1 INTRODUÇÃO

A descoberta do Brasil realizou-se em meio à expansão comercial portuguesa considerando a premissa de que quanto mais fossem explorados os recursos naturais de um local, mais rico este poderia ficar. O que, em termos capitalistas, passou a transformar os recursos naturais em fontes de riqueza (REIGOTA, 1999). Portanto, desde aquela época, “os naturalistas e administradores portugueses estavam voltados para o fortalecimento da economia colonial e do enriquecimento do Estado metropolitano” (REIGOTA, 1999, p. 63).

Em termos da ciência da Administração no Brasil, se comparar com outros países, especialmente os Estados Unidos, percebemos um atraso relevante em seu reconhecimento, atraso este devido “à estrutura governamental brasileira e sua

economia, que teve um desenvolvimento ainda mais lento do que em outros países” (NOGUEIRA; LISBOA, 2015, p. 7) nesse sentido, o ensino superior passa a ser considerado o que mais interessava às autoridades, pois viria a formar a elite que seria responsável pelo poder político e econômico da época, sendo importante citar que, não havia uma prática educacional apropriada para tal fim (RIBEIRO, 2011).

Diante disso, percebe-se então que, os indivíduos já eram direcionados para contribuírem com a sociedade e um esquema de exploração do ser humano, que se deu através da mão-de-obra e sua devida utilização para a construção de um desenvolvimento nacional. Assim, não se considerou a opinião destes para que um consenso pudesse ter sido atingido na sociedade, não houve um acordo entre as partes, prevalecendo a não comunicação, mas sim, a estrutura de dominação.

## **2 O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL**

No tempo do Império existiam poucas escolas isoladas que eram basicamente destinadas à formação do ensino profissionalizante, ou seja, não existiam as universidades como se vê atualmente, onde o governo federal detinha o controle para o ingresso aos cursos superiores. (PILETTI; PILLETI, 2013).

Com a revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação e Saúde, a educação brasileira começou a articular-se como um sistema, criando-se as universidades e permitindo a formação de professores em nível superior. No caso brasileiro, a estruturação ocorreu a partir de 1934 com a fundação das Universidades de São Paulo, seguida da Universidade do Distrito Federal. (PILETTI; PILETTI, 2013). Os questionamentos quanto aos ideais que as instituições de ensino superior deveriam representar não eram feitos, pois o que prevalecia eram os interesses das classes dominantes (FERNANDES, 1979).

A formação superior era tida como a oportunidade de ascensão e mobilidade social, portanto

[...] pode-se notar que estava sendo atacado o dilema mais real (formação humana versus preparação para o superior) e o menos real (formação humana baseada na literatura versus formação humana baseada na ciência enfrentado pelo ensino secundário imperial (RIBEIRO, 2011, p. 54).

Conforme Fernandes (1979, p. 34) o jovem que estudasse em uma escola superior era constituído como “a única garantia, que nos resta, de que a superação do

atraso e da dependência culturais é uma questão de tempo, portanto, a universidade não deve erigir-se num fosso que separe o jovem e o isole do fluxo da reconstrução social”, embora os interesses da elite ainda prevalecessem. Verifica-se então que, o processo de industrialização passa a necessitar de profissionais em maior número, devidamente capacitados para os novos processos de uma produção necessária ao desenvolvimento, fazendo com que “o empregado acompanhe o ritmo ditado pela história da indústria brasileira” (NOGUEIRA; LISBOA, 2015, p. 7)

Nesse sentido, para Covre (1982), a burocracia especializada, a qual é necessária para o atual funcionamento do sistema capitalista, é constituída por técnicos ou tecnólogos de vários ramos, dentre os quais se destaca o curso de administração, que é responsável pela formação de administradores fornecedores de componentes para esta burocracia. A implantação e a evolução dos cursos de administração se apresenta em desenvolvimento da ideologia neocapitalista, ou seja, do espírito modernizante. A autora Covre, confirma que “neste sentido, é na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira que devemos buscar as condições, motivações para criação destes cursos” (COVRE, 1982, p.59).

No que diz respeito à administração, enquanto disciplina, esta teve seu desenvolvimento muito rápido, na qual, a própria história do pensamento administrativo, proporciona uma perspectiva das contribuições e dos problemas e situações com que se deparou no decorrer das últimas décadas.

Neste sentido, o desenvolvimento do curso de Administração no Brasil fez-se necessário devido à necessidade da modernização e formação da mão-de-obra destinada às empresas a fim de controlar, analisar e planejar as atividades que estas exigiam tendo ocorrido à passagem de um estágio agrário para a industrialização (COVRE, 1982).

A partir de 1945, com o governo de Juscelino Kubitschek, evidencia-se um projeto desenvolvimentista, por meio da abertura econômica com caráter internacional e a necessidade mais acentuada, de profissionais que pudessem atuar para que este desenvolvimento de fato ocorresse, o que se comprova, com a proliferação dos cursos de administração para atender a demanda de uma economia capitalista ávida pelo lucro e conseqüentemente, a acumulação de capital (COVRE, 1982).

Portanto, nota-se que, a mudança ocorrida na sociedade brasileira, pautada no desenvolvimento e progresso por intermédio das grandes empresas, motivou a formação dos cursos de Administração, pois

[...] os administradores em Formação/Cursos de Administração – desde que, enquanto ideologia dominante, ela permeia as relações

sociais, quer ao nível superestrutural ou infraestrutural. Quanto à posição e atuação da burocracia na superestrutura, a problemática de um planejamento por parte do Estado, que remete à sua posição em relação ao sistema social global, ou no conjunto das classes sociais (COVRE, 1982, p. 40).

Um fato marcante na história dos cursos de Administração se dá pela criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944 com a finalidade de ocupar-se dos estudos da racionalização do trabalho e do preparo das pessoas para a administração pública e privada. A Fundação começou a ser criada em 1936 quando o presidente Getúlio Vargas colocou Luiz Simões Lopes como presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil, pois o sistema administrativo brasileiro estava ávido por uma racionalidade de organização e funcionamento a fim de poder cumprir com os programas econômicos e sociais, os quais haviam sido assumidos na campanha de 1930 que encontrou entraves, principalmente com o despreparo dos funcionários públicos. A relevância da Fundação era a de profissionalizar os indivíduos, pois

Era preciso apetrechar o Governo e as empresas de gerentes e assessores, em seus escalões superiores. Mas era também imprescindível, naquele estágio incipiente da empresa nacional, munir esses gerentes de pessoal auxiliar qualificado (COSTA, 1986, p. 36).

Outro marco importante no ensino da Administração ocorre em 1948 quando, em Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em Paris, “aprovou-se o Projeto de Resolução número 246, apresentado pela delegação do Brasil, incumbindo à ONU (Organização das Nações Unidas) o encargo de estabelecer e executar um programa internacional de assistência técnica, voltado para o ensino e o estudo da Administração” conforme afirma Costa (1986, p. 38). Já em 1949, a ONU promove um debate a respeito da criação de uma escola superior de Administração Pública no Brasil, desta forma, a mesma foi consolidando o seu papel que propiciou o acompanhamento do Brasil rumo ao desenvolvimento que caracterizou a década de 50. (COSTA, 1986). A Fundação teve como base a importância em preparar pessoas capacitadas nas áreas técnicas e administrativas tanto para o Governo como para as empresas, que buscavam o desenvolvimento e seus avanços.

Continuando com este processo

Em 1952 cria-se a Escola Brasileira de Administração Pública; em 1954, através da Escola Brasileira de Administração de Empresa de São Paulo, a Fundação faz sua primeira incursão no campo de administração de empresa, sob a forma de um curso intensivo e em 1955 realiza seu primeiro curso de graduação, cuja primeira turma se forma em 1958 (COVRE, 1982, p. 65).

Segundo o presidente Getúlio Vargas, *apud* Covre (1982, p. 85) “o desenvolvimento econômico do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas, indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de administração”.

Com isso, o processo da formação do administrador adquiriu uma maior força com a regulamentação da profissão, ocorrida em meados dos anos sessenta, por meio da Lei número 4.769, de setembro de 1965 (COVRE, 1982).

Através da criação da Lei número 5540, de 1968 o ensino superior afirmou o contexto de mão-de-obra técnica e de transformações necessárias na política educacional, bem como, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio. Fazia-se necessário adequar o ensino superior aos mecanismos de mercado de acordo com o capitalismo internacional, nos quais conceitos como: departamentalização e racionalização invadiram a universidade, fazendo com que a relação com o todo, ficasse ainda mais difícil de entender. Também fica evidenciada a matrícula por disciplina nesta época, ampliando-se também, as instituições que ofertavam o ensino superior privado, ocorrendo assim, uma expansão em quantidade, fortalecendo a Teoria do Capital Humano, provendo o indivíduo para o mercado de trabalho. Neste período destacam-se os sistemas de produção Taylorista e Fordista, baseados no tecnicismo, direcionados ao mercado de trabalho, com especialização de funções, valorizando a necessidade da sociedade e não do indivíduo.

Estas informações justificam-se, uma vez que destacam a formação das grandes empresas e a necessidade do capital humano, fazendo com que, outras áreas da administração fossem evidenciadas tais como: *marketing* e finanças, fazendo a interface entre a escola e o Estado sendo

A escola como um Aparelho Ideológico do Estado, que juntamente com outros realiza a reprodução das relações de produção. São os Aparelhos Ideológicos do Estado os que asseguram efetivamente, em grande parte, as relações de produção, sob o escudo do Aparelho Repressivo (COVRE, 1982, p. 87).

E, devido a esta configuração, ocorre certa reorganização do trabalho, a qual determina o aumento do volume da demanda por administradores, que, em busca de atingir o desenvolvimento, provocam diversas ações que atingem o meio como um todo, onde, verifica-se então que, desde a Revolução Industrial, a relação do homem com a natureza provocou a perda da qualidade ambiental por meio de uma ação predatória (TOZONI-REIS, 2004). Em resumo, o final da década de 60 é marcado por

grandes transformações no cenário mundial tanto em relação à política, à economia, às empresas bem como, aos movimentos sociais, dentre eles o movimento ambientalista, o que irá modificar e inserir novas dinâmicas em todas as áreas sociais, incluindo a educação na qual os cursos de administração tiveram uma expansão vertiginosa em virtude das instituições privadas, provocadas pela reforma universitária. De acordo com o relatório do MEC, SESU (2005), estes cursos enfrentaram e ainda enfrentam problemas sendo um deles, o despreparo dos docentes para tal função, tendo em vista que, a grande maioria, apesar de atuar ativamente no mercado de trabalho não possui uma formação no magistério e não busca o aperfeiçoamento para tal função.

Conforme Covre (1982), a década de 60 caracterizou-se por uma elevada expansão dos cursos de administração no Brasil, incluindo cursos de pós-graduação e até mesmo, de mestrado, ofertados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV que veio a tornar-se um centro formador de professores para as demais instituições de ensino. De acordo com a autora, o ensino de administração sempre esteve relacionado ao desenvolvimento do país, no qual se destacam grandes momentos históricos, sendo os principais o governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek. Pois o primeiro possuía um caráter nacionalista e o segundo, internacionalista focado na abertura econômica.

Analisando-se historicamente, é perceptível a mudança da matriz econômica, procedendo de um estilo econômico agrário para uma economia pautada na indústria, vindo a ser confirmado pela instalação de empresas estrangeiras durante as décadas de 60 a 80, perfazendo o que chamaram de milagre econômico e, é importante citar que, em meio a este desenvolvimento econômico surgiram consequências graves na área ambiental o que originou o nascimento de um movimento contra os efeitos negativos do crescimento industrial (LAYRARGUES, 1998). E, partindo do princípio de que “o crescimento econômico deveria voltar-se para valores qualitativos e não apenas para os quantitativos” conforme afirma Layrargues (1998, p. 26). Percebe-se então que, a Revolução Industrial trouxe uma concepção mecânica do homem, estendendo esta para a natureza, comparando-os a uma máquina. E, além disso, retirando dos homens a humanidade, tornando-os escravos do capital e da acumulação desenfreada com a realização de tarefas mecanizadas impostas pelo capitalismo que trouxe necessidades que só ele pode satisfazer, tornando o conceito de desenvolvimento estritamente ligado às questões econômicas tais como modernização e riquezas, buscando sempre uma expansão sem fim, tendo como prova deste aspecto, o processo de internacionalização da economia. Nesta sociedade, existem fatores contrastantes ao possível desenvolvimento sendo um

deles, a desigualdade social. Analisando-se a maneira como os homens antigos se organizavam em relação à sociedade e ao trabalho, percebe-se que, havia a cooperação e não somente a divisão e necessidade de acumulação, as quais tornam essa sociedade dividida, entre os que participam e os que somente assistem, ocasionando assim, a desigualdade social. Assim, percebe-se a necessidade da ocorrência de um processo de emancipação destes sujeitos e, através da teoria do agir comunicativo proposta por Habermas, esta possibilidade pode vir a tornar-se realidade.

### **3 A ÓTICA HABERMASIANA E A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO**

Habermas é um autor que instituiu a crítica em seus embasamentos e por isso, traz a emancipação do sujeito na sociedade. Traz consigo conceitos importantes que podemos relacionar em diversos assuntos, dentre eles, o ensino da Administração no Brasil.

A racionalidade de que discorre em suas obras é tomado como sendo “a capacidade do homem de agir e interagir” conforme explica Polli (2013, p. 9). Habermas discute dois tipos de racionalidade sendo elas: a instrumental baseada no capitalismo e a comunicativa baseada no entendimento mútuo e na emancipação assim, verifica-se que, no Brasil, o ensino se deu através desta racionalidade instrumental que por sua vez, promoveu de certa forma, uma espécie de colonização do mundo da vida, outro conceito importante discorrido pelo autor. Tais fatos, propiciaram a construção de uma sociedade irracional e desumanizada, privando apenas por questões econômicas e lucros.

Podemos verificar a existência da racionalidade instrumental no ensino da administração desde os primórdios, privando-se pela mão-de-obra tecnicista e direcionada para atender aos interesses do progresso capitalista, não dando espaços para uma emancipação do sujeito enquanto cidadão legitimando a interação e o entendimento na sociedade pois, no capitalismo, o sistema e o mundo da vida estão desconectados. Com o aumento constante da complexidade do sistema social, ocorre a sobrecarga nos processos de obtenção do entendimento, possibilitando a existência e a manutenção dos meios de controle independente da linguagem. Onde, podemos citar como meios: o mercado, o Estado, a burocracia por exemplo.

A racionalidade comunicativa proposta por Habermas é ideal para o processo de emancipação pois,

Garante oportunidades para os sujeitos na tarefa de interpretar intersubjetivamente questões, normas e possibilidades de ação – em que a emancipação será pensada como possível. Ela não será resultado de um processo idealizador, mas de uma busca de entendimento entre sujeitos que querem promover mudanças possíveis (POLLI, 2013, p. 11).

Com a racionalidade instrumental, é possível a ocorrência do que Habermas chama de “Patologias da Sociedade Moderna”, ou seja, quando a instância política não atende às expectativas e necessidades da sociedade civil. Porém, o autor também cita que é importante para a aprendizagem estes períodos de crise, pois estas podem contribuir para a construção de um processo emancipatório, reconhecendo o outro como um sujeito capaz.

Através da ação comunicativa, é possível dar conta de aspectos da vida em sociedade, utilizando então, categorias como sistema e mundo da vida. Nesse sentido, como sistema considera-se aquele regido pela razão instrumental, ou seja, econômica e política (mercado e burocracia), que não se dá por meios linguísticos. Porém, o autor salienta que o ideal é a razão que se dá por meios linguísticos na busca de um consenso isto porque, o que é resultado de ameaças e coerções não pode ser enquadrado como acordo.

Já o mundo da vida diz respeito à relação face a face para a construção de significados, através de uma lógica natural da comunicação. Desta forma

O mundo da vida é entendido como o horizonte não-tematicamente dado, não questionado, em que os participantes de comunicação se movem comumente, quando se referem tematicamente a algo no mundo. Nesse sentido, o mundo vital é o pano de fundo que permite aos sujeitos capazes de fala e ação se entenderem mutuamente sobre algo no mundo, seja este mundo o mundo exterior natural, o mundo exterior social, ou o mundo interior subjetivo (ARAGÃO, 1997, p. 44).

É perceptível então que, a teoria da ação comunicativa é criada para dar conta de vários aspectos da vida em sociedade pois, o sujeito transmite e age ao mesmo tempo dentro do processo, ou seja, ele é de certa maneira, o iniciador que domina as situações por meio das ações e também é um produto das tradições que se encontra, dos grupos aos quais pertence e dos processos de socialização. Sendo que, um dos objetivos da teoria é o de validar uma ordem social onde ações comunicativas sejam autônomas e distintas de estratégias, ou seja, onde exista um entendimento mútuo realmente.

Habermas também institui o conceito de discurso, o qual diz respeito ao exercício prático para construir uma verdade, onde, na ética do discurso, se rompe com a pretensão de validade e os participantes assumem uma atitude de reflexão

crítica em busca do consenso para ser negada ou confirmada a “verdade” apresentada. Assim, a ética discursiva parte do princípio de que o homem é um ser racional, mas também social pois

De acordo com a Ética do Discurso, uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma. Esse princípio ético discursivo já supõe que a escolha de normas pode ser fundamentada (HABERMAS, 1989, p. 96).

Contudo, se faz necessária uma competência por parte dos sujeitos agentes do discurso para que estes possam realmente interagir no processo com fins de um entendimento mútuo afim de tornar possível os pressupostos da teoria do agir comunicativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que, a organização do trabalho na sociedade capitalista brasileira se deu pela dominação e instituição da racionalidade instrumental, privando os indivíduos da emancipação. Onde a mão-de-obra era treinada e direcionada para que atendesse aos fins de lucros e progresso do país, deixando de lado questões importantes do mundo da vida como a liberdade, a reflexão e a emancipação.

Sob a ótica habermasiana, o ensino da administração contribuiu para manter uma ordem social que oprime, explora e promove a desigualdade social do trabalhador uma vez que, não foi permitido dentro deste ensino, um desenvolvimento social, através da comunicação entre os participantes, podendo estes, ter poderes para argumentar e questionar as pretensões de validade apresentadas pela maioria favorável ao sistema capitalista.

Isto não quer dizer que Habermas não considerava o ensino e questões técnico-científicas como importantes, mas sim, que estas por sua vez, deveriam ser complementadas com a possibilidade de emancipação do ser humano através do processo de comunicação, libertando-se da racionalidade instrumental imposta e alcançando o consenso, entendendo o mundo da vida e o fundamento do agir em sociedade, respeitando o próximo e tendo propriedade para argumentar as diversas situações que ocorrem na esfera pública, pois, Habermas tem um certo otimismo em seus conceitos acreditando que existe a possibilidade para a construção de um consenso através da teoria do agir comunicativo.

Por fim, sob a ótica habermasiana, é possível a reconstrução de alternativas racionais que possam dar a possibilidade de emancipação da humanidade onde a razão comunicativa possa estabelecer bases consensuais sem recorrer à forças como manipulações e violências, chegando a um acordo mediante o uso da razão, não violando assim, os sujeitos no processo, mas sim, considerando todos como sujeitos capazes.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

BRASIL. Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Superior. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. 2005. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task=doc>. Acesso em: 14 julho 2016.

COSTA, Jorge Gustavo Da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A Cortina de Fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

NOGUEIRA, Cleber Suckow; LISBOA, Teresinha Covas. *Administração: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: Novaterra, 2015.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLI, José Renato. *Habermas: agir comunicativo e ética do discurso*. Jundiaí: In House, 2013.

REIGOTA, Marcos. *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 21. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.